

DE QUE MORRE O NOSSO POVO? AGINALDO NEPOMUCENO MARQUES NOS CADERNOS DO POVO BRASILEIRO

Edson Pereira Silva¹
Luca Ribeiro Mendes Nicola²

Resumo: *De que morre o nosso povo?* (1963), foi o volume publicado por Aginaldo Nepomuceno Marques nos *Cadernos do Povo Brasileiro*. Teoricamente engajado, o livro se baseia nas ideias do nacional-reformismo do "último ISEB" e na concepção etapista da revolução brasileira do PCB naquele momento. Neste trabalho, a obra é analisada criticamente em relação às concepções de saúde em vigor e ao contexto histórico da década de 1960 no Brasil. Conclui-se que Marques foi pioneiro em críticas que seriam feitas a concepções de saúde pelo campo da saúde coletiva, assim como pode ser considerado um exemplo de iniciativa de popularização da ciência.

Palavras chave: História da Ciência; Popularização da Ciência; Intérpretes do Brasil; Nacional-reformismo; Educação em/para Saúde.

Abstract: *De que morre o nosso povo?* (1963) was Aginaldo Nepomuceno Marques' volume published in the collection *Cadernos do Povo Brasileiro*. Theoretically engaged, the book is based on the ideas of the national-reformism from the ISEB and also on the etapist conception of the Brazilian revolution held by PCB in that time. Here, the book is critically analyzed in relation to current health concepts and the historical context of the 1960s in Brazil. It is concluded that Marques was a pioneer in criticisms that would be made to conceptions of health by the field of collective health, as well as being an example of an initiative for the popularization of science.

Key words: History of Science; Popularization of Science; Interpreters of Brazil; National Reformism; Education in/for Health.

Introdução

Cadernos do Povo Brasileiro (CPB) foi uma coleção lançada entre 1962-64 pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) com a colaboração da Editora Civilização Brasileira e, nos seus últimos volumes, com a União Nacional dos Estudantes (UNE). Lovatto (2009), ao discutir o surgimento dos *Cadernos*, indica que o seu objetivo "era ser um instrumento para a elevação da consciência popular, fornecendo subsídios para a intervenção prática e teórica no cenário político nacional" (LOVATTO, 2009, p. 186). Nesse sentido, a coletânea foi concebida tendo em mente a apresentação das questões candentes da realidade brasileira. Foram abordados temas como o

¹ Pós-doutor em Genética Molecular pela University of Swansea. Professor Associado do Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense, coordenador do Laboratório de Genética Marinha e Evolução (LGME-UFF) Endereço eletrônico: edsonpereirasilva@id.uff.br

² Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisador vinculado Laboratório de Genética Marinha e Evolução (LGME-UFF). Endereço eletrônico: luca.nicola2233@gmail.com

analfabetismo no Brasil (DUARTE, 1963), como eram feitas as leis brasileiras (PEREIRA, 1962) e a questão da reforma agrária (SCHILLING, 1963), sempre por meio de uma linguagem acessível e em formato de bolso. Lovatto (2010) afirma que, a despeito de quaisquer críticas acadêmicas que possam ser feitas à coleção, é necessário destacar a sua função social de proposição de soluções para as contradições históricas do processo de modernização do Brasil e, fundamentalmente, de inserção das camadas populares no debate político e social. Dentre eles, se destaca, relacionado ao tema de saúde pública, o volume intitulado *De que morre o nosso povo?* de Aginaldo Nepomuceno Marques (1921-2014).

O livro de Marques (1963) tinha como ponto central identificar as doenças que mais vitimavam o povo brasileiro, suas causas e a sua resolução. Segundo o autor, a maioria das doenças que acometia a população já possuía alguma forma de cura ou tratamento, estando presente apenas entre as populações de países subdesenvolvidos. Havia, portanto, uma ligação do estado de saúde da população com a condição econômica dependente do país, que era controlada por dois agentes principais: o imperialismo estadunidense e o latifúndio (MARQUES, 1963). Há no livro, também, uma proposta de intervenção para dar cabo das condições desiguais perpetuadas pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro, embasada numa elaboração teórica crítica acerca da realidade brasileira.

Do ponto de vista teórico, o volume escrito por Marques (1963) apresenta um sistema explicativo para o fenômeno estudado (o estado de saúde da população) amplamente fundamentado pela referência à documentos e estatísticas que garantem a fidelidade da construção teórica realizada. Mais que isso, o livro é embasado numa análise na qual o autor assume uma posição de comprometimento com a emancipação das massas populares, subjugadas pelo “progresso” do capitalismo. Nesse sentido, o estudo feito se configura como uma teoria científica embasada no posicionamento de classe do autor.

Todas as possibilidades postas pela realização desse volume e dos outros, contudo, foram encerradas no dia 1º de abril de 1964, com a consolidação do golpe empresarial-militar e a subsequente depredação do prédio do ISEB, dando fim aos *Cadernos*. É nesse sentido que se torna extremamente necessário realizar um resgate histórico, em geral, da experiência dos *Cadernos do Povo Brasileiro* e, em particular, do volume escrito pelo médico alagoano. O presente trabalho se insere nessa perspectiva de recuperar a memória histórica dos *Cadernos*, realizando uma análise pormenorizada do volume escrito por Aginaldo Nepomuceno Marques.

Aguinaldo Nepomuceno Marques

Como afirmou Lovatto (2010), existem poucas informações sobre Aginaldo Nepomuceno Marques (1920-2014), a maior parte dela presente nos livros publicados pelo autor (MARQUES,

1960, 1963, 1973, 1986, 1995; MELO; GAIA, 2010) e resumida em uma breve nota sobre seu falecimento no jornal da sua cidade natal (MELO, 2014). O autor nasceu em Santana do Ipanema, uma cidade sertaneja de Alagoas e, após completar o ensino secundário, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde prestou serviço militar durante o período da 2ª Guerra Mundial e, em seguida, se diplomou em Medicina na Universidade Federal Fluminense (UFF), com especialização em Pediatria. Retornando à sua cidade natal, atuou na área da Saúde Pública, dando assistência à população carente de diversos municípios do Polígono das Secas e auxiliando na redução do índice de mortalidade infantil da região. Motivado a estudar as causas da miséria com a qual havia convivido, retornou ao Rio de Janeiro, tornando-se pesquisador no Hospital Fernandes Figueira³ e, em meados de 1950, passou a escrever artigos sobre pediatria social no jornal *Semanário*, fortemente influenciado pelo movimento nacionalista.

Aguinaldo Nepomuceno Marques participou de alguns seminários do ISEB (MELO, 2014) e, vivenciando o contexto da capital carioca naquele momento de efervescência social, cultural e política, lançou seu primeiro livro, *Fundamentos do nacionalismo* (1960). Em função da repercussão deste livro, o autor foi convidado por Ênio Silveira (1925-1996) e Álvaro Vieira Pinto (1909-1987) a redigir um dos volumes dos *Cadernos* a respeito da miséria da população brasileira, que foi intitulado *De que morre o nosso povo?* (1963). Enfrentando perseguição da ditadura militar, na década de 1970, foi fazer pós-graduação em medicina social no Chile e, retornando ao Brasil, publicou, nos anos seguintes, *A infância no Brasil em transformação* (1973) e *Pediatria social: teoria e prática* (1986). Seu último livro autoral foi publicado em 1995, intitulado *Origens e trajetórias do socialismo*, enquanto mantia residência na cidade de Niterói.

O autor visitou sua região natal pela última vez em 2010, no lançamento do livro *Sertão glocal: um mar de ideias brota às margens do Ipanema* (MELO; GAIA, 2010), para o qual prestou um depoimento sobre sua trajetória intelectual que foi transcrito por seu neto, Marcos Marques Pestana de Aguiar Guedes e gravado em película cinematográfica por sua filha, Aída Bastos Nepomuceno Marques (MELO, 2014). Esta breve descrição, condicionada pela escassez de informações biográficas sobre o autor serve, contudo, para indicar duas das grandes influências que contribuíram para o conteúdo teórico do *Caderno* escrito pelo médico: a convivência com a miséria brasileira e o nacionalismo.

O livro *De que morre o nosso povo?*

3 Atual Instituto Fernandes Figueira, funciona como unidade de ensino, assistência, pesquisa e desenvolvimento tecnológico da Fundação Oswaldo Cruz (IFF, 2021).

O livro *De que morre o nosso povo* (MARQUES, 1963) teve como objeto central o estado de saúde da população brasileira e, mais especificamente, as doenças que mais vitimavam o povo, suas causas e a proposição de ações que poderiam resolver os problemas levantados. Logo no início, afirma-se que as doenças que afetavam o ser humano poderiam ser classificadas em três grupos: (1) aquelas cuja causa se desconhecia, (2) as que a causa era conhecida, mas a cura era de difícil realização e, por último, (3) as que tinham causa conhecida e, portanto, sobre as quais a medicina poderia atuar com êxito (MARQUES, 1963). O autor, então, conclui que a população brasileira sofria, majoritariamente, das doenças do terceiro grupo, como as doenças infecciosas, parasitárias e carenciais. A partir daí, o livro questiona por que razões os índices de mortalidade por essas doenças se mantinham altos e estáveis, uma vez que estas poderiam ser facilmente remediadas com condições adequadas de nutrição e saneamento básico.

A razão do Brasil manter altos índices de mortalidade poderia ser abordada, segundo o autor, a partir de duas perspectivas. A primeira, que equivale a concepção biologicista⁴ de saúde, discutiria os problemas de saúde como se fossem fatos isolados e “...sem relação com o resto dos problemas humanos da mais variada natureza...” (MARQUES, 1963, p. 9). Assim, a fome e a má-nutrição, por exemplo, poderiam ser resolvidas bastando para tanto que fossem estabelecidas campanhas de arrecadação de alimentos. MARQUES (1963) aponta, contudo, que a prevalência desses problemas, a despeito de um século da realização de atividades caridosas, indicava a ineficiência dessas práticas para resolver a questão. Segundo ele, “...não há nada no mundo, por mais simples que seja, que se apresente desvinculado ou sem relação com outros fatores” (MARQUES, 1963, p. 10) e, neste caso, se referia aos fatores sociais e econômicos.

A segunda perspectiva de saúde, que é aquela defendida pelo autor, pode ser identificada com a concepção social de saúde⁵. Ao analisar *De que morre o nosso povo*, o livro destaca a relação entre saúde e o contexto social, político e econômico nos quais esta população está inserida, já que “...a saúde está indissolúvelmente ligada à educação, ao bem estar social e, sobretudo, à economia” (MARQUES, 1963, p. 10). Nesse sentido, estudar a prevalência de verminoses, por exemplo, significava analisar não só se a população estava devidamente medicada, mas, também, quais eram

⁴ A concepção biologicista de saúde foi originada a partir dos trabalhos de Louis Pasteur (1822-1895), que propunha que as doenças eram causadas por microorganismos (BERCHE, 2012). Um dos aspectos importantes da concepção biologicista foi que a prevenção, o tratamento e a cura passaram a ser focados no indivíduo (RATNER, 2017), como pode ser visto nas diversas formas de prevenção desenvolvidas desde então, por exemplo, vacinas e antibióticos. Contudo, a proeminência dessa concepção representou, também, o abandono de uma concepção de saúde que ligasse as enfermidades individuais com a base econômica da sociedade (BIRN *et al.*, 2017).

⁵ A concepção social de saúde, originada nos trabalhos de Friedrich Engels (1820-1895) e Rudolf Virchow (1821-1902), focava nos aspectos políticos e sociais das doenças, destacando a relação entre as epidemias que afetavam as populações da época e as precárias condições de moradia, trabalho e alimentação na qual se encontravam (DE MAIO, 2010). Mais que isso, a partir dos trabalhos de Engels juntamente com Karl Marx (1818-1883), era concluído que se a razão pela disseminação de doenças estava na forma como a sociedade produzia a riqueza social, então, era necessário uma confrontação com as forças sociais que determinavam a “organização doente” do coletivo (BIRN *et al.*, 2017).

os seus hábitos de higiene, como era feita a produção e consumo de alimentos, o tipo de moradia, o tratamento de água na região etc. Caso contrário, segundo o autor, a população, mesmo medicada, se manteria acometida pelas verminoses. Então, baseado nessa perspectiva, o autor dará início a análise da relação entre o estado de saúde da população brasileira e as condições políticas, sociais e econômicas do país.

Marques (1963), ao investigar as disparidades sanitárias entre as regiões do Brasil, evidencia que há uma relação entre os índices de saúde e o desenvolvimento econômico⁶, concluindo que “...os índices sanitários negativos são tanto mais altos, quanto piores as condições econômicas da região considerada” (MARQUES, 1963, p. 19). Estendendo esse raciocínio ele demonstra, ainda, que aqueles países que apresentam um maior grau de desenvolvimento econômico, possuem, também, os melhores índices de saúde (baixa taxa de mortalidade, especialmente infantil e materna, e alta expectativa de vida). O autor conclui, então, que para resolver os problemas de saúde da população brasileira seria necessário romper com o caráter subdesenvolvido do país, especialmente das regiões rurais.

Romper com o subdesenvolvimento, para Marques (1963), começava com o incentivo ao processo de industrialização por intermédio do Estado, de modo que a estrutura agrário-exportadora sustentada pelo imperialismo⁷ e pelo latifúndio, as “forças do atraso” do país, fosse superada. Essa concepção, amplamente difundida pelos setores de esquerda⁸, encontrava na acumulação de capital a condição para que fosse realizada uma melhor distribuição da riqueza do país por entre a população. Um exemplo de como o autor trata disso é na sua comparação entre os índices de saúde do Brasil e de países industrializados. Marques (1963) argumenta que a maturação das relações capitalistas de produção era necessária para a melhoria do estado de saúde da população brasileira. Neste sentido, a burguesia industrial nacional, que estava se formando, era vista como uma aliada na luta contra o par imperialismo-latifúndio. Para ele, o objetivo político das forças partidárias do desenvolvimento deveria ser a implementação de reformas de base que, naquele momento, estavam sendo pautadas pelo governo João Goulart.

6 A condição de saúde da população é medida pelo autor com base em índices como coeficiente de mortalidade, mortalidade infantil, mortalidade materna, quantidade diária de ingestão de proteínas e expectativa de vida, entre outros. Sobre o nível de desenvolvimento econômico das regiões brasileiras, ele é determinado com base em estatísticas de grau de industrialização de cada região, renda interna dividida pelas atividades econômicas (comércio, agricultura, indústria etc.), taxa de crescimento econômico e, no caso da agricultura, produtividade média por hectare (MARQUES, 1963).

7 Marques (1963) define imperialismo como uma nova fase do capitalismo, em virtude do aumento desmedido do capital que, não podendo ser completamente reinvestido nos países industrializados, é direcionado para os países subdesenvolvidos. Isso tem como consequência a formação de monopólios, o domínio dos governos por empresas e bancos e o aperfeiçoamento da divisão internacional do trabalho.

8 Entre os atores políticos que compartilhavam dessa perspectiva, pode-se destacar os pensadores do “último ISEB”, alguns setores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (LOVATTO, 2010) e, também os intelectuais do PCB (COSTA, 2005).

A solução defendida pelo livro *De que morre o nosso povo* (1963) é, portanto, uma mudança institucional que deveria engendrar, no processo, uma modificação estrutural. Defendendo que “Só com a industrialização conseguiremos dinheiro para darmos saúde, alimentação e vida mais longa ao povo” (MARQUES, 1963, p. 149), o autor define o forte caráter nacionalista e, em última instância, reformista do seu livro. No final do livro, ao mencionar o objetivo último necessário para solucionar de fato os problemas de saúde da população brasileira, Marques (1963) faz referência à transição ao socialismo, retomando uma abordagem semelhante à perspectiva etapista do PCB⁹. Sendo assim, o *Caderno* era baseado em uma concepção social de saúde informada, no plano teórico, pelo “último ISEB” e pelo PCB e, no plano prático, pela experiência de vida do autor enquanto médico no estado alagoano.

Assim como os outros volumes da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, o livro de Marques (1963) teve uma tiragem de 20.000 exemplares, contudo, como se deu de uma maneira geral com a coleção, o livro *De que morre o nosso povo* sofreu um processo de apagamento. No caso deste, todavia, o apagamento parece ter sido maior do que o que aconteceu com outros volumes que têm tido alguma atenção teórica nos últimos tempos (BRINGEL, 2018; CHAUI, 1980; COSTARD, 2013; LOVATTO, 2009, LOVATTO 2010; LOVATTO, 2013; LOVATTO, 2014; LOVATTO 2016a; NETO *et al.*, 2019; RIDENTI, 2000). A ditadura militar (1964-1985), estabelecida um ano após a publicação do livro teve, provavelmente, um papel relevante neste processo. Diversos personagens do cenário brasileiro, especialmente aqueles que se identificavam (ou eram identificados pelo aparelho repressivo ditatorial) com correntes de contestação da ordem, como comunistas e representantes de movimentos sociais, desapareceram, foram presos ou partiram para o exílio (IANNI, 2019). Tanto o ISEB quanto os *Cadernos* foram alvo da censura e da perseguição policial (ROSA, 2011; SODRÉ, 2005), como o próprio Marques parece ter enfrentado problemas com a ditadura, algo que é indicado pela sua breve saída do país na década de 1970 (MELO, 2014) e um requerimento de anistia em seu nome (BRASIL, 7 mar. 2013). A hipótese do papel da ditadura no apagamento do seu trabalho teórico é favorecida pelo fato de que, nas décadas seguintes, abordagens semelhantes à utilizada pelo autor começaram a ganhar destaque no emergente campo da saúde coletiva no Brasil (BRAVO, 2009), em especial aquelas que utilizavam “...novos instrumentais teóricos, dentre os quais se destacam o materialismo histórico e dialético...” (MELLO, 2010, p. 223), de modo que a pouca atenção dada à obra de Marques parece um contrassenso. Outro aspecto que pode ter contribuído para a ausência de análises sobre a obra de Marques até a atualidade é o processo de revisão teórica empreendido pelo surgimento da “nova

9 O etapismo do PCB pode ser descrito como uma perspectiva revolucionária que postulava a necessidade do desenvolvimento de relações capitalistas no Brasil, livrando-se dos resquícios feudais e semicoloniais por meio de uma revolução de caráter democrático-burguesa, criando as condições objetivas necessárias para a realização de uma revolução socialista (COSTA, 2005).

esquerda” nos anos 1980, o qual aponta o marxismo como uma teoria social datada (LOVATTO, 2016b). Um dos objetivos deste trabalho é tentar contribuir para a recuperação crítica desta obra que se considera muito importante tanto na história da popularização científica quanto no engajamento político da ciência no Brasil.

O Questionamento dos Conceitos de Saúde

O livro *De que morre o nosso povo?* trazia, já na década de 1960, críticas à concepção biologicista de saúde, a qual enfatizava a necessidade de diagnósticos de alta precisão para identificar as diferentes cepas do bacilo que causavam tuberculose, quando, como afirmou Marques (1963), a maior parte da população morria da doença por deficiência alimentar. Do mesmo modo, a etiologia à época negligenciava o fato de que a causa maior da transmissibilidade da tuberculose no país eram as habitações superpopuladas decorrentes da pobreza (MARQUES, 1963). Marques (1963) não se contentava também com uma concepção de saúde que viria a ser chamada de holística¹⁰, que tergiversa o fato de que a causa das más condições de saúde em escala mundial, especialmente nos países periféricos, estava na base econômica capitalista. Um caso ilustrativo que indicou os limites da concepção holística foi o da Comissão de Determinantes Sociais em Saúde da OMS, cujo relatório (WHO, 2008) apontava para o impacto do aumento da desigualdade social na deterioração da saúde mundial sem, entretanto, relaciona-lo com a reorganização neoliberal do sistema capitalista (NAVARRO, 2009). Marques (1963) já havia indicado essa limitação na concepção teórica da OMS, apontando como os diagnósticos produzidos pela instituição apontavam para soluções limitadas e que tentavam operar dentro da estrutura vigente.

No Brasil, um campo de pesquisa que tem tratado da relação entre a estrutura econômica e a saúde é a saúde coletiva, surgida no final da década de 1970 a partir de um pensamento radical em saúde. Em relação às influências teóricas do campo da saúde coletiva, Mello (2010) afirma que uma delas foi o materialismo histórico, em especial a obra de Antônio Gramsci (1891-1937). Quando surgiu, esse novo campo da saúde coletiva afirmava que, no sistema capitalista, uma das principais funções da saúde era garantir a força de trabalho para o desenvolvimento do capitalismo e das suas relações de produção (DONNANGELO; PEREIRA, 1979). Por exemplo, no caso do Brasil, a vasta disponibilidade de mão de obra e a baixa complexidade das suas principais atividades econômicas influenciaram na formação de um sistema de saúde precário, de caráter privatista e com foco no

¹⁰ Elaborada a partir da criação da OMS, após o fim da Segunda Guerra Mundial, a concepção holística definia saúde como “o estado de completo bem-estar físico, mental e social” (WHO, 2006, p. 1), apontando para outros aspectos da saúde além da mera ausência de enfermidade (MARKEL, 2013). Contudo, a compreensão de que a saúde possui diversas dimensões, no caso da OMS, favoreceu uma análise fragmentada da realidade, ocultando o impacto que o modo de produção tem na determinação da saúde (SOUZA *et al.*, 2013).

tratamento individual (FLEURY, 2009; HOCHMAN, 2015). Dito isso, já na década de 1960, o livro de Marques (1963) associava os problemas de saúde pública no Brasil com os interesses das suas classes dominantes, destacando, inclusive, que o baixo investimento em saúde pública advinha das altas taxas de natalidade que garantiam abundância de mão de obra (MARQUES, 1963). Por conta disso, o autor afirmava que a única maneira de acabar com as desigualdades em saúde era através da superação da estrutura de classes na sociedade brasileira, se configurando, neste sentido, como um precursor do campo da saúde coletiva.

As Bases Teóricas da Obra

Não só a obra *De que morre o nosso povo?* (MARQUES, 1963), mas o conjunto dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, representaram uma tentativa de inserção de um grupo de intelectuais nas lutas políticas e sociais que ocorriam no país. Avaliando essa tentativa que orientou a confecção dos *Cadernos*, Chauí (1980) afirma que as análises presentes na coleção são eivadas de axiomas, dogmas e antinomias redutoras que refletem uma tentativa de promover uma plataforma política em detrimento de uma investigação científica da realidade. Segundo a autora, ao tratar a população como passiva e dotada de falsa consciência, os autores dos *Cadernos* se posicionam como a vanguarda intelectual da classe trabalhadora (CHAUÍ, 1980). Já Lovatto (2010) ressalta que, no contexto histórico dos *Cadernos*, as diferentes frações sociais estavam organizadas e, desta forma, a inserção do ISEB (principal articulador dos *Cadernos*) na disputa de um projeto político emancipador para o país era legítima. Nesse sentido, a autora defende que, embora seja possível tecer críticas ao conteúdo de alguns dos *Cadernos*, eles desempenharam uma importante função social, propondo discussões teóricas para orientar as lutas sociais daquele momento (LOVATTO, 2010). A contraposição entre a análise das autoras é evidente também na avaliação do livro de Marques (1963) que é tido por Chauí (1980) como doutrinário e programático, enquanto Lovatto (2010) o descreve como uma exposição competente do estado da saúde pública brasileira. O presente trabalho reconhece a importância do diagnóstico traçado por Marques (1963), que aponta para a centralidade do modo de produção capitalista na determinação da saúde no Brasil. Apesar da obra apresentar alguns equívocos conceituais e reducionismos teóricos, discorda-se aqui da leitura de Chauí (1980) e defende-se a posição de que o livro *De que morre o nosso povo?* (MARQUES, 1963) representa um esforço teórico de compreensão da realidade brasileira, o qual aponta para caminhos de superação das desigualdades de classe. Dito isso, é necessário analisar o contexto histórico e os referenciais teóricos do *Caderno* de Marques (1963), a começar pela influência do nacional-desenvolvimentismo na obra.

A estratégia do nacional-desenvolvimentismo ganhou força após o estabelecimento da Guerra Fria com o aumento da discussão, especialmente por entidades internacionais como a

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), acerca de um conjunto de ideias que propunham a superação do subdesenvolvimento por meio de políticas econômicas industrializantes para países com matriz econômica agrário-exportadora (FONSECA, 2015). Contudo, como afirma Prado (2020), essas teses estavam amparadas no surgimento de uma burguesia industrial na América Latina e, portanto, propagandeavam um “desenvolvimento” que não significava a superação das contradições econômicas presentes entre países, mas sim a reorganização da divisão internacional do trabalho. Assim, a referência a um desenvolvimento em abstrato mascarava o fato de que todo desenvolvimento capitalista é fundado na exploração do trabalho pelo capital, ou seja, de que não há superação das desigualdades de classe nos marcos do capitalismo (CARDOSO; PINTO, 2016). Em relação ao Brasil, a industrialização já era tratada como uma forma de desenvolver o país desde o governo Vargas, o que criava um ambiente propício à disseminação das teorias cepalinas (PRADO, 2020). Souza (2009) afirma que essas ideias encontraram eco entre atores coletivos preocupados com a conquista da soberania nacional, como o grupo de intelectuais que fundou o ISEB sob o conceitual teórico do nacional-desenvolvimentismo. Na década de 1960, em um momento de grande organização popular, o nacional-desenvolvimentismo foi radicalizado pelo “último” ISEB na forma do nacional-reformismo, assumindo uma tônica antiimperialista e antilatifundiária (ALMEIDA, 1996). Por mais que os intelectuais do ISEB estivessem engajados com pautas progressistas da sociedade, o conceitual teórico proveniente do nacional-desenvolvimentismo era limitado, pois creditava uma função reformadora à burguesia industrial, que deveria cumprir o seu papel histórico promovendo a soberania econômica e a ampliação da democracia¹¹. A influência teórica do nacional-desenvolvimentismo no livro de Marques (1963), no que diz respeito ao papel atribuído à burguesia industrial nacional como uma força social oposta ao latifúndio e ao imperialismo, é clara. Para realizar uma análise crítica do livro é necessário, ainda, abordar a influência das teses do PCB na obra.

No período anterior ao golpe de 1964, a atuação do PCB era pautada pelo distanciamento da União Soviética em resposta ao “relatório secreto” de Nikita Krushev (1894-1971) publicizado em 1956 (COSTA, 2005). A maior autonomia teórica permitiu ao partido se aproximar de movimentos nacionalistas sendo influenciado, também, pelo impacto que a morte de Vargas teve em todos os movimentos que buscavam apoio popular (PRADO, 2020). Isso pode ser notado já nas teses que orientavam a atuação do partido, reunidas sob o nome de Declaração de Março, nas quais os militantes eram instigados a participar dos mais diversos movimentos de cunho progressista (PCB,

11 Como foi o caso em países nos quais houve a superação do modo de produção feudal a partir da luta de classes entre os segmentos sociais revolucionários, um deles sendo a burguesia, e a classe dos feudais (MARX; ENGELS, 1998).

1958), o que fez com que o PCB fosse uma das principais forças políticas de esquerda no final da década de 1950, compondo diversos sindicatos, movimentos sociais (COSTA, 2005) e culturais (RIDENTI, 2000). Outra característica da Declaração era o reconhecimento de que a principal contradição presente na sociedade brasileira era aquela entre a nação e o imperialismo e seus agentes internos (o latifúndio e a burguesia rural) (PCB, 1958). A estratégia do PCB, portanto, defendia que era necessário eliminar a dominação do imperialismo e do latifúndio por meio do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, para que as condições objetivas (conquista da soberania nacional) permitissem a realização da etapa socialista da revolução. Essa perspectiva fez com que o PCB estivesse próximo, já na década de 1960, dos setores do nacional-reformismo em relação a diversas pautas, com destaque para o apoio ao programa de reformas de Goulart. Dito isso, as teses promulgadas pelo PCB, ao secundarizar a contradição entre trabalho e capital, delineavam uma estratégia reformista que separava artificialmente a luta antiimperialista e antilatifundiária da luta pelo socialismo (PRESTES, 2021). LOVATTO (2010) descreve como militantes do PCB participaram do “último” ISEB, com diversos deles sendo autores dos *Cadernos*. O livro de Marques (1963), nesse sentido, guarda diversas semelhanças com as formulações do PCB, desde a análise de classe do Brasil até a adoção de uma perspectiva revolucionária etapista.

Os *Cadernos* tinham como objetivo colocar o "povo" em contato com a produção intelectual a respeito da realidade nacional, correspondendo, portanto, a uma iniciativa de popularização da ciência. A crítica de que os *Cadernos* eram mera ideologia¹² (CHAUÍ, 1980), negligencia aspectos tais quais o seu formato de bolso, linguagem acessível e convite à leitura de outros autores, que reforçavam a dimensão dialógica estabelecida entre a coleção e seus leitores naquele momento, fundamentalmente os movimentos populares organizados (LOVATTO, 2016a). Deve-se destacar, ainda, que a própria cultura é eivada de elementos progressistas e conservadores, embaralhados no cotidiano das classes populares. Assim, é possível dizer que o diálogo entre teoria e lutas sociais que os *Cadernos* tentavam realizar era feito numa perspectiva emancipadora, ou seja, visava a tomada do conhecimento científico pelas classes populares e, ao mesmo tempo, buscava conferir um caráter popular à produção teórica (GERMANO; KULESZA, 2007). Para além dos equívocos teóricos porventura presentes nos livros, a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* e o livro de Aginaldo Nepomuceno Marques podem ser caracterizados como um esforço de popularização do conhecimento científico.

Considerações finais

12 Ideologia, nos termos que a autora coloca, significa uma aparência social que obscurece a forma de atuação de fenômenos sociais como o imperialismo e o capitalismo (CHAUÍ, 1980).

Mais de 50 anos depois da sua publicação, *De que morre o nosso povo?* é, ainda, sob certos aspectos, uma obra atual. Sua antecipação das críticas que viriam a ser feitas às explicações de cunho biologicista e holística pelo campo da saúde coletiva tornam o livro também, num certo sentido, pioneiro na sua abordagem teórica. Fortemente influenciado pelo nacional-reformismo do “último” ISEB e pela perspectiva revolucionária etapista do PCB, o autor estava em consonância com um momento de aprofundamento das lutas sociais no país. Mais que isso, a obra de Marques (1963) se caracteriza por uma perspectiva de popularização do conhecimento científico. Por isso, a despeito dos seus limites, o livro *De que morre o nosso povo?* permanece como exemplo, na história brasileira, de um trabalho teórico engajado com os anseios das classes populares. Repetindo a homenagem realizada por Richard Levins e Richard Lewontin no seu livro *The dialectical biologist* ("O biólogo dialético") a Friedrich Engels (LEVINS; LEWONTIN, 2009, p. V), é possível afirmar que Aguinaldo Nepomuceno Marques “errou bastante, mas acertou aonde importava”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lúcio F.R. O nacionalismo popular e a crise do populismo no início dos anos 60. In: BLAJ, I.; MONTEIRO, J. (orgs.). *Histórias & utopias. Textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História*. 10 p. São Paulo: Associação Nacional de História, 1996.
- BERCHE, Patrick. Louis Pasteur, from distals of life to vaccination. *Clinical Microbiology and Infection*, v.18, n.Suppl. 5, p. 1-6, 2012.
- BIRN, Anne-Emanuelle; PILAY, Yogan; HOLTZ, Timothy. *Textbook of Global Health*. Londres: Oxford University Press, 2017.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia, de 7 de março de 2013. *Resultado da 3ª Sessão de Turma*. Disponível: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/comissao-de-anistia-1/resultadoda3asessao07032013turmaespecial.pdf>. Acesso em: 24 mai., 2021.
- BRAVO, Maria I.S. Política de saúde no Brasil. In: MOTA, Ana E. et al (orgs.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. 24 p. Cortez Editora: São Paulo, 2009.
- BRINGEL, Tâmara G. As críticas no “último” ISEB ao projeto nacional-desenvolvimentista de Hélio Jaguaribe. *Revista Iniciativa Econômica*, v.4, n.1, p.148-169, 2018.
- CARDOSO, Thiago L.; PINTO, Eduardo C. Teorias do desenvolvimento: uma análise marxista para além da acumulação. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v.43, p.10-33, 2016.

- CHAUÍ, Marilena. Seminário II: considerações sobre alguns Cadernos do Povo Brasileiro e o manifesto do CPC. In: CHAUÍ, Marilena. *O Nacional e o Popular na Cultura – Seminários*. 40 p. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- COSTA, Ricardo G. *Descaminhos da revolução brasileira: o PCB e a estratégia nacional-libertadora (1958-1964)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- COSTARD, Larissa. O nacional-popular e o marxismo: apontamentos teóricos acerca da arte, intelectuais e povo no Brasil dos anos 1960. Trabalho apresentado no *XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal. 2013.
- DE MAIO, Fernando. 2010. From Engels and Virchow to Wilkinson: An Analysis of Research on Health Inequalities. *Radical Statistics*, 101:3-9.
- DONNANGELO, Maria C.F.; PEREIRA, Luiz. *Saúde e sociedade*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- FLEURY, Sonia. Revisitando a questão democrática na área da saúde: quase 30 anos depois. *Saúde em Debate*, v.33, n.81, p.156-164, 2009.
- FONSECA, Pedro C.D. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.
- GERMANO, Marcelo G.; KULESZA, Wojciech A. Popularização da ciência: uma revisão conceitual. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, v.24, n.1, p.7-25, 2007.
- HOCHMAN, Gilberto. Samuel Barnsley Pessoa e os determinantes sociais das endemias rurais. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.20, n.2, p.425-431, 2015.
- IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- IFF. Instituto Fernandes Figueira. *Institucional*, 2021. Disponível: <http://www.iff.fiocruz.br/index.php/institucional>. Acesso: 12 mai., 2021.
- LEVINS, Richard.; LEWONTIN, Richard C. *The dialectical biologist*. Delhi: Aakar Books, 2009.
- LOVATTO, Angélica. Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Helga Hoffmann: presença feminina nos *Cadernos do Povo Brasileiro* nos anos 1960. *Mediações*, v.14, n.2, p.178-197, 2009.
- LOVATTO, Angélica. *"Os Cadernos do Povo Brasileiro" e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

LOVATTO, Angélica. O pensamento de Nelson Werneck Sodré nos “Cadernos do Povo Brasileiro”. In: Cunha, Paulo R.; Cabral, Fátima. (orgs.). *Nelson Werneck Sodré: Entre o Sabre e a Pena*. São Paulo: UNESP-FAPESP, 2013.

LOVATTO, Angélica. Legado dos Cadernos do Povo Brasileiro para a interpretação dos problemas latino-americanos. Trabalho apresentado no 38º Encontro Anual da Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Minas Gerais, 2014.

LOVATTO, Angélica. O Pensamento político brasileiro na coleção ISEBiana “Cadernos do Povo Brasileiro”. Trabalho apresentado no X ENCONTRO DA ABCP – *Ciência Política e a Política: memória e futuro*, Minas Gerais, 2016a.

LOVATTO, Angélica. A corrente autonomista no Brasil e classe operária: apontamentos críticos sobre a revisão do marxismo nos anos 1960. *Lutas Sociais*, v.20, n.37, p.10-22, 2016b.

MARK, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARKEL, Howard. Worldly approaches to global health: 1851 to the present. *Public Health*, v.128, p.124-128. 2013.

MARQUES, Aguinaldo N. *Fundamentos do nacionalismo*. São Paulo: Fulgor, 1960.

MARQUES, Aguinaldo N. *De que morre o nosso povo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

MARQUES, Aguinaldo N. *A infância no Brasil em transformação*. Petropolis: Vozes, 1973.

MARQUES, Aguinaldo N. *Pediatria social: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1986.

MARQUES, Aguinaldo N. *Origens e trajetórias do socialismo*. Rio de Janeiro: BIZ, 1995.

MELLO, Guilherme A. *Revisão do pensamento sanitário com foco no Centro de saúde*. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MELO, José M. 2014. Santana do Ipanema perde um de seus filhos mais ilustres. *Portal digital Maltanet*. Disponível: <http://www.maltanet.com.br/v2/noticias/2014/07/24/santana-do-ipanema-perde-um-dos-seus-filhos-mais-ilustres>. Acesso: 12 mai., 2021.

MELO, José M.; GAIA, Rossana V. (orgs.). *Sertão glocal: um mar de ideias brota às margens do Ipanema*. Alagoas: Edufal, 2010.

NAVARRO, Vicente. What we mean by social determinants of health. *International Journal of Health Services*, v.39, n.3, p.423-441, 2009.

NETO, Francisco L.A.; MEIRA, Roberta B.; LOVATTO, Angélica. Escritos insurretos em uma paisagem agrária desigual: a função histórica de “*Cadernos do Povo Brasileiro*” diante das condições de vida e trabalho dos camponeses no pré-1964. Trabalho apresentado no IV ENIPAC (*Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural*), Santa Catarina, 2019.

PCB. Partido Comunista do Brasil. Comitê central. *Declaração Sobre a Política do PCB*, mar. 1958. Disponível: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>. Acesso em: 10 out., 2021.

PEREIRA, Osny D. *Quem faz as leis no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

PRESTES, Anita L. Duas táticas e uma mesma estratégia: do “Manifesto de Agosto de 1950” à “Declaração de Março de 1958”. *Lavrapalavra*, 3 jul. 2017. Disponível: <https://lavrapalavra.com/2017/07/03/duas-taticas-e-uma-mesma-estrategia-do-manifesto-de-agosto-de-1950-a-declaracao-de-marco-de-1958/>. Acesso em: 28 out., 2021.

RATNER, Carl. The generalized pathology of our era: comparing the biomedical explanation, the cultural-political explanation, and a liberal-humanistic-postmodernist perspective. *International Critical Thought*, vol.7, n.1, p.72-92, 2017.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ROSA, Michele R. “*Esquerdisticamente afinados*”: os intelectuais, os livros e as revistas das editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra (1964-1969). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SODRÉ, Nelson W. A repressão aos intelectuais do ISEB. In: TOLEDO, Caio N. (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan. p.77-94, 2005.

SOUZA, Diego O.; SILVA, Sóstenes E. V.; SILVA, Neuzianne O. Determinantes Sociais da Saúde: reflexões a partir das raízes da “questão social”. *Saúde e Sociedade*, v. 22, n. 1, p.44-56, 2013.

SOUZA, Edson R. O ISEB: a intelligentsia brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)*, v.1, n.1, p.147-164, 2009.

WHO. World Health Organization. International Health Conference. Constitution of the World Health Organization. In: *Basic Documents*, out. 2006. 20 p. Disponível: https://www.who.int/governance/eb/who_constitution_en.pdf. Acesso: 09 mar., 2021.

WHO. World Health Organization. Comissão on the Social Determinants of Health. *Closing The Gap in a Generation Health Equity Through Action on the Social Determinants of Health*, 2008.

Disponível: <https://www.who.int/teams/social-determinants-of-health/equity-and-health/commission-on-social-determinants-of-health>. Acesso em: 17 ago., 2021.

RECEBIDO EM 04/04/2022

APROVADO EM 10/10/2022